



26214407



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião

Comitê de Governança Estratégica - CGE

| | |
|---|--------------|
| DATA: 31/10/2023 | |
| LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos | |
| PARTICIPANTES | ÓRGÃO |
| Tamires Gomes Sampaio | GM |
| Fabiane Azevedo Guimaraes | GM |
| Ricardo Garcia Cappelli | SE |
| Víctor Epitacio Cravo Teixeira | CONJUR |
| Marivaldo de Castro Pereira | SAJU |
| Elias Vaz de Andrade | SAL |
| Marcia Regina Hernandez Pedroza | SENAJUS |
| João Pimenta Staub | SENACON |
| Marta Rodriguez de Assis Machado | SENAD |
| Felipe Oscar Sampaio Gomes de Almeida | SENASP |
| Rafael Velasco Brandani | SENAPPEN |
| Erich Adam Moreira Lima | PF |
| Alberto Raposo Neto | PRF |
| Rebeca de Queiroga Falcão | CADE |
| Ronaldo Alves Nogueira | AECI |
| Elizeu Soares Lopes | ASPAD |
| David de Lima Freitas | SPO |
| Randal Farah de Oliveira Leão | SAA |
| Ney Rego Barros Junior | STI |
| Sérgio Gomes Velloso | OUV |
| Juliana Amorim Zacariotto | ASINT |
| Isabel Figueiredo | SENASP |
| Marcio Almeida do Amaral | AECI |
| PAUTA: | |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura; 2. Considerações iniciais e apresentação da pauta da reunião; 3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: PF e SENASP; 4. Planejamento Estratégico 2024-2027: Diretrizes estratégicas; Matriz SWOT e Mapa Estratégico; 5. Informe SPO/SE; 6. Informe AECI; 7. Informe STI; 8. Encaminhamentos. | |
| DELIBERAÇÕES | |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Dando início à reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE, o Secretário-Executivo, Sr. Ricardo Cappelli, agradeceu aos presentes pela participação no encontro, destacando a publicação da nova estrutura organizacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, por meio do Decreto nº 11.759, de 30 de outubro de 2023, que altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. O normativo reforça áreas relevantes do Ministério, bem como cria a Secretaria de Direitos Digitais. | |

Solicitou a atenção de todos na referida reorganização, ou seja, nomeações e apostilamentos a serem publicados até o final de novembro de 2023. Ao apresentar a pauta, o Secretário-Executivo reforçou a necessidade de os titulares se concentrarem nas execuções orçamentárias de suas respectivas unidades dada a proximidade do final do exercício.

2. Na sequência, passou a palavra ao Perito Criminal da Polícia Federal – PF, Sr. Erich Adam Moreira, para proceder com o monitoramento do planejamento estratégico, especificamente acerca do projeto estratégico Programa Ouro Alvo – POA, que busca a repressão ao garimpo ilegal no Brasil. Foi mencionado que o projeto se encontra atrasado, com a priorização de determinadas atividades, como, por exemplo, a estruturação da parte científica e do parque tecnológico, que inclui a aquisição de equipamentos portáteis de fluorescência de raio-X para analisar o perfil químico do ouro *in loco*, cujo processo licitatório já está em fase final. No âmbito das capacitações, foi abordado o projeto de pesquisa *Gold Rush* no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses – PROCAD, realizado por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e da PF, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O projeto consiste na aplicação de ferramentas geoquímicas e isotópicas para identificar a rastreabilidade do ouro. Por fim, o Sr. Erich ressaltou que o projeto estratégico não se restringe apenas ao garimpo ilegal, mas toda a cadeia associada, como a rastreabilidade de explosivos, de cianeto, do mercúrio – com destaque aos registros de ocorrências e contaminações na terra indígena Yanomami, dentre outros.
3. Na ocasião, o Secretário de Acesso à Justiça, Sr. Marivaldo Pereira, informou sobre a execução do projeto Rede Amazônica de Clínicas de Direitos Humanos, em parceria com a Universidade Federal do Pará, com ações voltadas à exposição ao mercúrio, incluindo a ampliação da testagem de contaminação em seres humanos. Nesse sentido, considerou relevante o diálogo com a PF para consolidar uma base de dados com o mapeamento de tal contaminação, fortalecendo o enfrentamento ao garimpo ilegal. De igual forma, o Diretor de Gestão e Integração de Informações da Senasp, Sr. Felipe de Almeida, e a Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, Sra. Marta de Assis Machado, trouxeram correlação de trabalhos desenvolvidos em suas respectivas unidades com o projeto apresentado e a possibilidade de troca de conhecimento e cooperação mútua.
4. Complementarmente, o Secretário-Executivo reforçou a importância das reuniões do CGE, que, além de tratarem das pautas rotineiras, é o espaço para integração dos titulares com compartilhamento de informações transversais que possam propiciar maior eficiência na atuação do MJSP.
5. Dando seguimento à reunião, a palavra foi passada à Diretora do Sistema Único de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, Sra. Isabel Figueiredo, onde apresentou o projeto Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, com uma execução de 87,29% até o momento em comparação com o cronograma planejado. Ela mencionou que o projeto surgiu da área de perícia em genética forense e destacou os investimentos feitos desde 2019, incluindo o financiamento de laboratórios estaduais pelo Ministério. Além disso, mencionou a necessidade de revisão do projeto, tanto em seu escopo quanto nas atividades e entregas. Por fim, ela compartilhou o indicador estratégico de "Quantidade de Condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos" que atingiu 12.845 até setembro de 2023.
6. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, abordou a elaboração do Planejamento Estratégico 2024-2027 e suas etapas. Ele ressaltou que o envolvimento das unidades é crucial nesse processo, não se tratando apenas de uma formalidade documental, mas sendo informações vitais no direcionamento da estratégia do órgão para os próximos anos. Além disso, destacou que o Planejamento Estratégico desempenha um papel fundamental na alocação de recursos (orçamentários, humanos, tecnológicos) de acordo com as prioridades estabelecidas. Até a ocasião, foram elaborados os seguintes documentos: i) Matriz SWOT- análise de ambientes interno e externo ao Ministério, destacando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças; ii) Diretrizes Estratégicas; iii) Missão e Visão. O Sr. David registrou que tais documentos foram objeto de análise e validação prévia pelo Secretário-Executivo, com atenção à missão e visão que foram definidas pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino. O conteúdo foi submetido aos membros do CGE, validado sem objeções. Foram ainda apresentados os objetivos estratégicos preliminarmente elaborados em oficina de trabalho junto aos pontos focais das áreas para posterior definição de indicadores e projetos estratégicos. Assim, o mapa estratégico e seu desdobramento será item de aprovação na próxima reunião do Comitê. Por fim, o Subsecretário deu os informes gerais orçamentários, incluindo o ranking de execução e o cancelamento de restos a pagar em dezembro de 2023. Comunicou a todos que as orientações sobre os prazos e as regras de bloqueio e cancelamento foram enviadas por meio do Ofício-Circular SPO nº 64/2023.
7. Em seguida, o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Dr. Ronaldo Alves Nogueira, abordou sobre o novo ciclo do Programa de Integridade do MJSP, com trabalho realizado em conjunto com todas as unidades do órgão, e especial contribuição da Assessoria de Participação Social e Diversidade – ASPAD. Passou a palavra ao Presidente da Comissão de Ética e Coordenador-Geral de Controle Interno, Transparência, Integridade e Riscos, Sr. Marcio Almeida do Amaral, que fez uma breve apresentação sobre o programa, que está passando por uma revisão periódica devido a mudanças de governo, alterações normativas, novas diretrizes e novas políticas públicas. O Programa adotará o nome de "Integrilusp" e tem como objetivo garantir a entrega dos valores públicos à sociedade, respeitando os padrões de integridade, conduta e legalidade, além de combater o assédio, a discriminação e outros riscos à democracia. O Coordenador-Geral explicou que serão feitas alterações nos planos de ação de acordo com as diretrizes do novo ciclo e que o monitoramento será iniciado no ano de 2024. A minuta do normativo para instituir o Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública, previamente analisado pela Consultoria Jurídica, foi submetido aos membros do CGE, validado sem ressalvas. A AEI se colocou à disposição para o agendamento das oficinas de construção de planos de integridade para cada órgão específico singular, conforme a agenda das secretarias, informando que já havia testado a metodologia com as oficinas da Senad.
8. Por fim, o Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Ney Barros, comunicou aos titulares sobre o processo de revisão e os ajustes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2021-2023, que se encontra em andamento, bem como da elaboração do PDTIC para o próximo ciclo, 2024-2026.
9. Finalizando a reunião, o Secretário-Executivo, Sr. Ricardo Capelli, registrou que, em sua opinião, o encontro foi produtivo e de grande troca entre as unidades, contanto com a participação de todos no próximo mês.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 21/11/2023, às 16:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Gomes Velloso, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 21/11/2023, às 17:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Garcia Cappelli, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 21/11/2023, às 17:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO RAPOSO NETO, Usuário Externo**, em 21/11/2023, às 19:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Azevedo Guimaraes, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública - Substituto(a)**, em 22/11/2023, às 14:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Pimenta Staub, Coordenador(a)-Geral de Administração e Relações Institucionais**, em 22/11/2023, às 14:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA, Secretário(a) de Acesso à Justiça**, em 22/11/2023, às 18:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ney Rego Barros Junior, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 22/11/2023, às 19:05, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 27/11/2023, às 15:04, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Velasco Brandani, Secretário(a) Nacional de Políticas Penais**, em 28/11/2023, às 09:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Randal Farah de Oliveira Leão, Subsecretário(a) de Administração**, em 28/11/2023, às 11:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIA REGINA HERNANDES PEDROZA, Chefe da Divisão de Monitoramento e Apoio à Gestão**, em 28/11/2023, às 13:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 28/11/2023, às 16:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LAZARA CRISTINA DO NASCIMENTO DE CARVALHO, Secretário(a) Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 28/11/2023, às 17:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **REBECA DE QUEIROGA FALCÃO, Usuário Externo**, em 30/11/2023, às 16:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tamires Gomes Sampaio, Coordenador(a) do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania**, em 04/12/2023, às 11:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **26214407** e o código CRC **9182DA54**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.